



JOURNAL Moçambique

Director: **JOÃO MANASSES** • N° 157 • Quarta-Feira, 10 de Agosto de 2016 • www.portaldogoverno.gov.mz • DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



MODELO DE MANUTENÇÃO DA PAZ DEVE ADEQUAR-SE AOS DESAFIOS EMERGENTES

● Defende PR na cerimónia de abertura da 18ª Reunião do Comité Ministerial do Órgão (CMO)

Pág. 3



**NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2016
Economia nacional cresceu 4%**

Pág. 2



**PARA GARANTIR GERAÇÕES LIVRES DO HIV/SIDA
PM defende que moçambicanos
mudem de comportamento**

Pág. 5



**Nyusi desafia operadores
financeiros a bancarizarem
Moçambique**

Pág. 8

No primeiro semestre de 2016

ECONOMIA NACIONAL CRESCEU 4%



O executivo moçambicano faz uma avaliação positiva do desempenho da economia nacional, que nos primeiros seis meses do corrente ano registou um crescimento na ordem de 4 por cento. De acor-

do com perspectivas do Governo, estes dados indicam que há possibilidade de se alcançar as metas traçadas no Plano Económico e Social de 2016. Apesar das adversidades que a economia moçambicana tem vindo a enfrentar, com o choque da conjuntura internacio-

nal com apreciação do dólar e, a nível interno, com a situação de emergência e a tensão política, a economia nacional mostra sinais de crescimento.

Os dados foram avançados esta terça-feira, em Maputo, pelo porta-voz do Governo e Vice-Ministro da Saúde, Mouzinho Saíde, no fim de mais uma sessão do Conselho de Ministros, que aprovou o relatório de balanço do Plano Económico e Social deste ano.

De acordo com o relatório, no mesmo período, estima-se uma taxa de crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB) na ordem de 4,5 por cento e uma taxa de inflação média anual de 10,12 por cento.

Segundo Mouzinho Saíde, a análise geral do desempenho dos indicadores do primeiro semestre de 2016 mostram que houve um crescimento de 42 por cento e apontam que as metas serão atingidas.

Os dados da execução orça-

mental mostram que as receitas cobradas pelo executivo atingiram mais de 72.317,2 milhões de meticais, o equivalente a 41 por cento da previsão anual.

Quanto à despesa, os dados indicam que foram gastos 95.166,3 milhões de meticais, correspondendo a 19,6 por cento do previsto para este ano.

Na despesa, a componente interna situou-se nos 26,2 por cento e a componente externa em 13,3 por cento, que foram influenciados pela conjuntura económica interna e externa.

Normas de Organização e Funcionamento do Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique (ISSM)

Trata-se de um decreto que visa incluir as atribuições do ISSM, a emissão de licenças para as entidades habilitadas ao exercício da actividade seguradora e da respectiva mediação, bem como para as entidades gestoras de fundos de pensões complementares, clarificar as competências de tutela exercidas pelo Ministério que superentende a área de finanças, no que se refere à fixação de alguns direitos dos membros dos Conselhos de Administração e dos titulares de cargo de direcção e chefia, introduzir ajustamentos às normas relativas aos órgãos e rever a percentagem de consignação da receita da taxa de supervisão.

O Conselho de Ministros apreciou também as Normas de Organização e Funcionamento da Inspeção Geral de Jogos e a preparação da IV edição do Festival de Jogos Tradicionais, que vai decorrer de 22 a 28 de Setembro deste ano.

Autoridade Reguladora de Energia



Ainda na sessão desta terça-feira, o executivo extinguiu o Conselho Nacional de Electricidade, uma entidade que, durante anos, foi responsável pelo sector de energia no país. Segundo Saíde, com o desenvolvimento do mercado do gás natural e o crescimento assinalável da rede de comercialização de combustíveis e a evolução do sector energético, há necessidade de criação de uma autori-

dade reguladora de energia, sendo, por isso, que foi aprovada a instituição.

"A entidade terá a vantagem de economia de recursos humanos e materiais e um alinhamento com a região", frisou o porta-voz.

Mouzinho Saíde explicou que se pretende, com esta entidade, melhorar o funcionamento do sector energético e torná-lo consistente para fazer face às alterações em cursos nesta área, no país e na região.

Situação de emergência

Dados apresentados no Conselho de Ministros indicam que no período entre 04 e 08 de Agosto corrente não houve chuva com impacto significativo.

Apontam que a 04 de Agosto, algumas áreas da zona sul do país foram assoladas por ventos fortes, que tiveram incidência na província de Maputo, concretamente, no distrito da Matola, tendo destruído parcialmente 270 casas e 10 totalmente destruídas. A situação afectou 280 famílias. No mesmo período, o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC) disponibilizou mais de um milhão e duzentas toneladas de produtos diversos para ajudar mais de 107 mil pessoas afectadas pela seca no país.

Foram reabilitados nove furos de água nas províncias de Inhambane e Gaza, sendo que, até então, foram reabilitados 111 furos, de um total de 132 previstos.

Na SADC

MODELO DE MANUTENÇÃO DA PAZ DEVE ADEQUAR-SE AOS DESAFIOS EMERGENTES

– Defende Filipe Nyusi



A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) deve aperfeiçoar o modelo regional de manutenção da paz, adequando-o aos desafios emergentes, sistematizando práticas sustentáveis de aviso prévio, gestão e construção da paz, defendeu, há dias, o Presidente da República, Filipe Nyusi, na cerimónia de abertura da 18ª Reunião do Comité Ministerial do Órgão (CMO), que teve lugar em Maputo.

Na sua intervenção, o Chefe do Estado moçambicano referiu que a consolidação da arquitectura regional de paz e segurança é um objectivo que merece atenção permanente do órgão, por isso os desafios impostos pelos processos eleitorais, o fenómeno do ex-

tremismo, o crime organizado transnacional e a crescente apetência pelos recursos da região, entre outros, exigem um debate profundo e estratégico nos Comités Inter-Estatais do Comité Ministerial do Órgão.

A 18ª reunião do CMO decorreu sob o lema "contribuir para a paz, estabilidade e segurança na região da SADC" e tinha em vista fazer o balanço da cooperação nas áreas de Política, Defesa e Segurança dos países-membros, bem como preparar a substância que conduzirá ao êxito da Cimeira dos Chefes de Estado do órgão, a realizar-se no Reino da Suazilândia.

Nyusi enalteceu os progressos que a SADC tem vindo a registar nos últimos anos, defendendo que é uma organização com características próprias,

mas que deve aprofundar os debates sobre a mediação, prevenção de conflitos e diplomacia preventiva, operacionalizar a força regional em estado de alerta e as respectivas estruturas de comando e controlo, no âmbito da Força Africana em Estado de Alerta, bem como a consolidar o Centro Regional de Formação em Manutenção da Paz e aperfeiçoar o Sistema Regional de Aviso Prévio.

Moçambique assumiu a presidência deste organismo no ano passado, período no qual Nyusi destaca ter-se alcançado ganhos.

"A visibilidade da acção colectiva da região da SADC nas esferas económica, social e política é uma referência continental", afirmou Filipe Nyusi, salientando que apesar dos conhecidos desafios para

a plena entrada em vigor do Protocolo sobre a Facilitação da Circulação de Pessoas, a região conseguiu entendimentos bilaterais de supressão de vistos que permitem movimentação sem muitas dificuldades. O Presidente da República sublinhou que as acções da SADC devem permitir o desenvolvimento sócio-económico dos seus povos, apesar de operar num ambiente de escassez de recursos.

"As acções do órgão devem criar um ambiente propício para o desenvolvimento económico que está no cerne da visão da nossa SADC, de um futuro económico para a prosperidade dos nossos povos". Nyusi falou ainda da necessidade e urgência de se abandonar práticas que atentem contra as liberdades da mulher a nível da região, frisando que o

governo moçambicano vai envidar esforços para continuar com as acções de emancipação da mulher.

“Vamos avaliar a participação da mulher nas operações da manutenção da paz”, referiu Nyusi, acrescentado que a reunião constitui uma oportunidade para se avaliar e projectar as acções da comunidade sobre a promoção do papel fundamental que a mulher desempenha no sector de segurança e na gestão de conflitos. O encontro apreciou, ainda, os pedidos de adesão do Burundi e das ilhas Comores na comunidade.

Sobre esta matéria, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação moçambicano, Oldemiro Baloí, explicou que há necessidade de se fazer um trabalho de acompanhamento para ver se os requerentes reúnem os requisitos ou se tal não representa um perigo para a organização.



Discutiu-se, igualmente, a questão do visto único e da Violência baseada no género. A XVIII reunião do Comité Ministerial da SADC juntou, em

Maputo, os Ministros dos pelturos dos Negócios Estrangeiros, Interior, Defesa e Segurança dos 15 estados-membros e contou com a participação da

secretária-executiva da SADC, Stergomena Lawrence Tax, entre outros membros dos governos da região.

Segurança Marítima

MOÇAMBIQUE COMPROMETE-SE A DEFENDER OCEANO ÍNDICO

As autoridades moçambicanas assumiram, há dias, em Maputo, o compromisso de defender o espaço marítimo do Oceano Índico, e colaboração com a Tanzânia e com a África do Sul.

O compromisso foi materializado pelos respectivos Ministros da Defesa, através da assinatura de um Acordo Tripartido, no decurso da Reunião da Defesa e Segurança da SADC, que teve lugar na semana finda, na capital do país.

O Acordo Tripartido visa operacionalizar os entendimentos em matéria da defesa do espaço marítimo, plasmados no Plano de Acção para essa área, traçados pelos Comandantes das três marinhas de Guerra, em Setembro de 2015, numa reunião realizada na República da Tanzânia.

O Comandante da Marinha



de Guerra de Moçambique, o Contra-Almirante Eugénio da Silva, afirmou, momentos após a assinatura do acordo, que o instrumento vai facilitar a troca de informação entre as partes, na área de fiscalização marítima, para a persuasão da prática de actividades ilícitas no mar,

apoio em caso de acidentes marítimos e medidas de apoio à população dos respectivos países em caso de calamidades naturais.

Assinatura do Acordo Tripartido visa, igualmente, consolidar a arquitectura regional de paz e segurança, que é objectivo da região

para uma permanente atenção à segurança regional. Actualmente, Moçambique tem capacidade de proteger o espaço marítimo a partir das bases navais da Beira, na província de Sofala, Nacala, em Nampula, e Pemba, em Cabo-Delgado, e da Base Naval de Maputo.

Para garantir gerações livres do HIV/Sida

PM DEFENDE QUE MOÇAMBICANOS MUDEM DE COMPORTAMENTO

O Primeiro-Ministro, Carlos Agostinho do Rosário, defende que os moçambicanos devem mudar de comportamento em relação à forma como abordam a questão do HIV/Sida, de modo a garantir que o país tenha gerações livres desta pandemia.

O dirigente que falava, há dias, na cerimónia de tomada de posse da Secretária Adjunta do Conselho Nacional de Combate ao Sida (CNCS), Idalina Libombo, onde destacou que o desafio de prevenção e combate ao HIV/SIDA exige que todos trabalhem, conjuntamente, de modo a evitar novas infecções, sobretudo na camada juvenil. "Cada um de nós deve assegurar uma mudança de comportamento, por forma a garantirmos que Moçambique tenha, no futuro, gerações livres do HIV/SIDA", apontou o Primeiro-Ministro, salientando que "desta maneira, iremos assegurar um capital humano são e saudável, condição necessária para o aumento da produção e da produtividade no país".

O responsável disse que a indicação de Idalina Libombo constitui um passo para a implementação dos Planos Estratégicos Nacionais de Prevenção e Combate à pandemia, sendo que deverá garantir uma coordenação com os parceiros de cooperação para a mobilização de recursos financeiros para a prevenção, mitigação e combate à doença, que continua a ser um dos maiores desafios da saúde pública no país. Segundo o governante, há necessidade de reduzir os níveis de seroprevalência no país, que rondam nos 11.5 por cento.

Mais do que reduzir estes níveis, o CNCS tem três desafios, nomeadamente, absorver mais financiamento, que neste momento cria constrangimentos no alargamento dos programas de prevenção, o de dimensão multisectorial da resposta e, o terceiro, resumido na complementaridade entre prevenção e o tratamento, por serem programas que devem



caminhar junto.

Um dos desafios do Plano Estratégico Nacional de HIV/Sida (PEN IV-2015/2019) é a redução de novas infecções da pandemia em 30 por cento até 2019. Sendo que até o período final de vigência do plano deve-se passar de 320 novas infecções diárias para 224, um contexto de epidemia generalizada que coloca Moçambique entre os 10 países mais afectados pela doença no mundo.

Para atingir a meta, deve-se reduzir a transmissão vertical de 8.7 por cento, para menos de 5 por cento até 2019, aumentar o número de beneficiário de tratamento anti-retroviral para 80 por cento dos elegíveis, incrementar a cobertura do uso do preservativo na relação sexual para pessoas com mais de um parceiro e atingir 80 por cento de homens circuncidados.

A implementação do actual PEN é apoiada por programas visando a redução de estigma e a discriminação, o reforço dos sistemas de saúde de acção social e comunitária, bem como a criação de condições para impulsionar a adesão ao tratamento, a interface entre o



HIV e a tuberculose e advocacia e mobilização de recursos. Todavia, o CNCS depara-se com problemas financeiros para dar resposta a estes desafios.

Segundo o Director Executivo do INCS, Milagre Diogo, o financiamento para os programas de combate ao HIV/Sida reduziu, facto que cria constrangimentos no alargamento dos programas de prevenção, sobretudo, para o fortalecimento do sistema comunitário.

O segundo desafio apontado por Milagre Diogo é de dimensão multisectorial da resposta, para uma maior assumpção

do protagonismo das comunidades, dos governos provinciais e distritais e também a nível do sector privado. O terceiro desafio é o de devolver a prevenção à proporção do tratamento, porque, como programas complementares à prevenção e o tratamento, devem caminhar junto.

Neste momento, a resposta ao HIV/Sida, na sua dimensão ampla, é financiada pelos parceiros internacionais, mas a parte da prevenção e da coordenação multisectorial depende de fundos do governo, que ascendem os cinco milhões de dólares por ano.

GOVERNO ACELERA FORMAÇÃO DE FORMADORES PARA ENSINO TÉCNICO-PROFISSIONAL

- Disponíveis 6 milhões de dólares para o efeito, garante Jorge Nhambiu



O Governo está a acelerar a formação dos formadores para o ensino técnico-profissional, de modo a trabalharem com os novos equipamentos laboratoriais

disponíveis em 25 institutos técnicos recentemente apetrechados, para melhorar a qualidade dos formandos neste regime de ensino.

Segundo o Ministro da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-

Profissional (MCTESTP), Jorge Nhambiu, para a formação dos formadores estão disponíveis seis milhões de dólares, disponibilizados pelo Banco Mundial, a título de donativo.

Além desta ajuda, conta-se com o apoio da China, que

no âmbito da recente visita do Presidente da República àquele país asiático, foram disponibilizadas 100 bolsas de estudo, e do Brasil, que se disponibilizou a apoiar, cujas conversações para o envio de especialistas a Moçambique já



PROPRIEDADE DE:
GABINETE DE INFORMAÇÃO

Maputo, Av. Francisco Orlando Magumbwe,
Nº 780, 1º andar
email: jornalmocambique@gmail.com

FICHA TÉCNICA:

Registo Nº 1/GABINFO - DEC/2013

Periodicidade: Semanal

Director: João Manasses

Coordenador Editorial: Mendes José +258 84 34 54 000

Redacção: Brígida Herinques, Elisete Muiambo, Mavildo Pedro, Leonildo Balango

Revisão: Marcelino Mahanjane

Maquetização: Januário Magaia



estão num nível avançado. O governante, que falava a jornalistas durante o 2º Conselho Coordenador do MCTESTP, que teve lugar no distrito de Boane, na província de Maputo, sob o lema "Fazer da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional instrumento para o desenvolvimento sócio-económico, fortalecimento da paz e unidade nacional", explicou que já foram identificados 4.300 formadores que precisam de ser capacitados para trabalharem com o novo equipamento. Além disso, Nhambiu revelou que já foram introduzidos novos cursos que vão imprimir dinamismo ao sector produtivo nacional, sobretudo, na agricultura. Neste contexto, segundo o dirigente, foram introduzidos dois cursos de mecanização agrícola e hidrologia agrícola, que arrancam efectivamente em Janeiro de 2017 no Instituto Agrário de Umbelúzi, no Instituto Industrial da Matola e no Instituto agrário de Lichinga, no Niassa. Referiu que já aprovados

instrumentos legais para materializar este desiderato, sendo que o mais importante foi a criação da Autoridade Nacional de Educação Técnico-Profissional, que se vai dedicar à análise e controlo da qualidade de ensino. Discursando perante quadros do Ministério que dirige, no início do Conselho Coordenador, o dirigente explicou que as áreas da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional devem contribuir na potenciação dos sectores estratégicos de desenvolvimento nacional, como a agricultura, energia, infra-estruturas e turismo. Neste contexto, segundo Nhambiu, durante o presente ano, o sector da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional tem o desafio de realizar actividades como a revisão da Política de Ciência e Tecnologia e respectiva estratégia, expansão da Rede Electrónica do Governo aos distritos, formação de funcionários e agentes do Estado e jovens em todo o país na utilização das Tecnologias de Informação

e Comunicação (TIC), implementação de projectos de investigação e transferência de tecnologias para o aumento da produtividade do arroz, milho e trigo. Por outro lado, existe o desafio de financiar, na base competitiva, projectos de investigação científica, inovação e transferência de tecnologias, estabelecimento de mais Centros Multimédias Comunitários, implementação do Programa Criando o Cientista Moçambicano do Amanhã (PCCMA), entre outras actividades da área da Ciência e Tecnologia. No domínio do ensino superior, destaque vai para a revisão da Lei do Ensino Superior, Implementação do Sistema Nacional de Avaliação, Acreditação e Garantia de Qualidade do Ensino Superior, revisão do Regulamento de Licenciamento e Funcionamento das Instituições de Ensino Superior e a implementação de acções de inspecção às instituições de ensino superior. Na área do ensino técnico-profissional, o desafio tem a

ver com a operacionalização da implementação da Lei da Educação Profissional, introdução do currículo baseado em padrões de competências, capacitação de professores e gestores do ensino técnico-profissional nos domínios técnico, psicopedagógico, gestão escolar e em metodologias de ensino, bem como a definição de áreas prioritárias para este subsector e a construção, reabilitação e apetrechamento de instituições do ensino técnico-profissional. O Conselho Coordenador do MCTESTP teve lugar de 03 a 05 de Agosto corrente e tinha como objectivos avaliar os resultados alcançados pelo sector no primeiro semestre de 2016, partilhar perspectivas para 2017 e avaliar os mecanismos institucionais. O evento contou com a participação de técnicos do MCTESTP a níveis central e provincial, quadros de outras instituições públicas e parceiros de cooperação.

NYUSI DESAFIA OPERADORES FINANCEIROS A BANCARIZAREM MOÇAMBIQUE



O Presidente da República, Filipe Nyusi, desafia os operadores financeiros a continuarem a implantar, de forma gradual, serviços financeiros nos distritos, postos administrativos e localidades, para que estes estejam mais próximo do cidadão.

Nyusi falava esta terça-feira, na cidade da Maxixe, a capital economia da província de Inhambane, na cerimónia de inauguração da 3ª edição da Feira de Inclusão Financeira, que junta agentes dos bancos e de microfinanças, entre outros operadores do sector, com o intuito de promover o acesso às finanças e aos serviços financeiros.

Na sua intervenção, o Chefe do Estado moçambicano sublinhou que o projecto "Um Distrito Um Banco" constitui um marco do processo de aceleração da bancarização do país, que se enquadra na parceria público-privada.



Nyusi exortou os fazedores das finanças rurais a empenharem-se para tornar este processo abrangente e reafirmou o compromisso do governo em trabalhar para acelerar o desenvolvimento local de forma sustentável, inclusiva, integrada e focado em resultados que se reflectem na vida da população.

"Vamos bancarizar Moçambique", disse Nyusi aos representantes de vários bancos e serviços financeiros

que operam no país, presentes na feira, que visa promover a interacção directa entre os provedores destes serviços a todos os níveis, desde os bancos comerciais, micro-bancos, grupos de poupança e crédito rotativo.

No início deste ciclo, o governo definiu a bancarização do meio rural como uma prioridade a desenvolver em parceria com o sector privado, sendo este projecto, um exemplo de como a parceria público-privada

pode projectar e construir um Moçambique melhor.

Em certos pontos do país, funcionários públicos como professores, médicos e enfermeiros são obrigados a desonrar seus compromissos profissionais para terem acesso aos seus salários em bancos localizados nas capitais distritais, muitas vezes a vários quilómetros dos seus locais de trabalho.

Aliás, segundo dados apresentados na feira, um terço da população moçambicana leva até um dia para alcançar uma instituição financeira. Apesar do aumento de instituições financeiras no país, de 12 para 18, a cobertura bancária distrital está abaixo dos 50 por cento.

Por outro lado, cerca de 90 por cento dos moçambicanos não tem conta numa instituição financeira formal e 72 dos 152 distritos do país não têm agência bancária e o crédito formal está disponível para três por cento da população adulta.



Agenda é produzir para gerar riqueza

O Presidente da República exorta, ainda, a população a não perder o horizonte da agenda do desenvolvimento do país, que assenta na aposta no trabalho e aumento da produção para gerar riqueza e bem-estar dos moçambicanos.

Discursando no comício que orientou esta terça-feira, no posto administrativo de Cumbana, distrito de Jangamo, no primeiro dos três dias de visita de trabalho à província de Inhambane, de 09 a 11 de Agosto corrente, Nyusi recomendou a população local a diversificar a produção agrícola.

O estadista moçambicano disse que, não obstante o registo de fenómenos como a seca, que dizimou culturas e gado, bem como a depreciação do Metical, a moeda nacional, a prioridade da agenda nacional é continuar a trabalhar e produzir para erradicar a pobreza.

Confiante na implementação da agenda do país, Nyusi explicou que os

constrangimentos resultantes de fenómenos naturais e da crise financeira mundial não afectam apenas Moçambique, fazendo se sentir, igualmente, noutros países, da região e do mundo.

"Nossa agenda é trabalhar para vivermos bem", disse Nyusi, dirigindo-se à população que, em mensagem apresentada ao Chefe do Estado, apelou à construção de um hospital de raiz, expansão da energia eléctrica, abertura de mais furos de água, melhoria das vias de acesso e instalação de uma fábrica de processamento de fruta e da produção agrícola. Na missiva, a população saudou o Presidente da República pelos esforços que vem empreendendo para o alcance da paz efectiva em Moçambique e condenou os ataques perpetrados pelos homens armados da Renamo em algumas regiões do país, incluindo o distrito de Funhalouro, na província de Inhambane, que tem resultado na morte de pessoas e destruição de bens.

Na sua intervenção, Nyusi

destacou a necessidade da paz efectiva e reiterou a sua disponibilidade para se encontrar com o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, sublinhando a importância dos moçambicanos se concentrarem na agenda de desenvolvimento do país, intensificando as actividades produtivas, produzindo o suficiente para consumo e comercialização, Defendeu, ainda, a reforço da produção agrícola a partir do nível familiar, salientando que o governo está a trabalhar no sentido de aumentar a geração de energia a partir da linha de alta tensão de Ressano Garcia, que vai abranger as províncias de Gaza e Inhambane. Por outro lado, garantiu que o executivo projecta construir um hospital de raiz naquela região, com capacidade para 50 camas e para servir cerca de 100 mil habitantes. Está previsto que as obras arranquem ainda este ano.

Em Jangamo, o Presidente da República orientou a sessão extraordinária do governo provincial alargada aos

administradores distritais e presidentes dos conselhos municipais, e visitou a feira agrícola em Cumbana e um centro de produção agrícola e piscícola, financiado pelo Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD).

Na visita a Inhambane, Filipe Nyusi vai escalar, sucessivamente, além de Maxixe e Jangamo, os distritos de Funhalouro, Vilankulo e Inhassoro, e a sua comitiva integra os Ministros do Interior, Jaime Basílio Monteiro, Administração Estatal e Função Pública, Carmelita Namashulua, Mar, Águas Interiores e Pescas, Agostinho Mondlane, Juventude e Desportos, Alberto Nkutumula, Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, Carlos Bonete Martinho, Combatentes, Ernesto Lambo, quadros da Presidência da República e de outras instituições do Estado.

COMUNICAÇÃO SOCIAL DEVE FAZER PARTE DA PACIFICAÇÃO DO PAÍS

- Defende governador da província de Maputo, Raimundo Diomba

Os órgãos de comunicação social devem fazer parte, activamente, do processo de pacificação do país, desencorajando todo aquele que opte por violência para ganhar vantagens, defendeu, há dias, o governador da província de Maputo, Raimundo Diomba, na cerimónia de abertura solene do 7º Conselho Consultivo do Gabinete de Informação (GABINFO).

Em representação do Primeiro-Ministro, Diomba referiu que, tal como os outros sectores, a comunicação social deve desenvolver acções para a manutenção da paz no país, defesa da soberania e de outros valores da nação.

"Sendo Moçambique uma "jovem" nação, mostra-se importante que os órgãos de comunicação social continuem a fazer sua parte na informação à população, formando nelas uma opinião pública consciente e servindo de plataforma para a defesa da soberania, através de uma abordagem metódica e sistemática sobre questões económicas de interesse nacional", referiu o governador. Por outro lado, o governante desafiou a imprensa pública a buscar mecanismos para a sustentabilidade financeira e optimização dos recursos disponibilizados pelo Estado, face a situação económica que o país vive.

O objectivo é melhorar a prestação do sector público e estatal da comunicação social, no quadro geral das políticas de austeridade adoptadas e implementadas pelo governo, bem como da necessidade de incremento da produção e controlo permanente dos recursos disponíveis nas



instituições.

Diomba afirmou ser importante que se aposte na capacitação dos recursos humanos, que devem ser competentes e comprometidos com a agenda nacional.

Defendeu a necessidade da divulgação contínua dos instrumentos de governação, nomeadamente o Plano Quinquenal do Governo e dos Planos Económicos e Sociais.

Por seu turno, a directora do GABINFO, Emília Moiane, falando a jornalistas, disse que se pretende, com o evento, intensificar as acções de informar os cidadãos, abrindo mais espaços aos órgãos de comunicação públicos e estatais para cumprirem o seu papel de informadores e formadores da sociedade.

Segundo a dirigente, os jornalistas devem assumir a actual situação que o país atravessa, porque levam, nas suas costas, todos os moçambicanos, assumindo o seu papel de informar e formar.

"Quanto mais verdadeira e patriótica for a informação que os jornalistas poderem transmitir aos moçambicanos, para o Governo isso será positivo", explicou Emília Moiane.

Sobre o evento, a directora do GABINFO explicou que com o mesmo pretende-se incutir aos gestores dos órgãos públicos e estatais, a racionalização dos fundos.

"Não é para pararmos de trabalhar mas racionalizar os fundos e empregar, da melhor forma, de modo a ajudarmos o país nesta situação económica em que se encontra", referiu a directora.

O Conselho Consultivo do GABINFO tinha como objectivos fazer o balanço das realizações do sector público da comunicação social em 2015 e primeiro semestre de 2016, avaliar o grau de cumprimento das decisões do evento anterior e reflectir sobre os principais desafios da área.

Foram, também, apresentados vários temas de reflexão, nomeadamente "O lugar da comunicação social pública/estatal na promoção e divulgação dos instrumentos de governação", "a postura didáctico/pedagógica do jornalista na reportagem de assuntos de natureza crítica e de desastres naturais", "estratégia para recuperação de audiência nos órgãos de informação públicas", entre outros.

O evento contou com a participação de quadros do GABINFO, de instituições subordinadas e tuteladas pelo GABINFO, nomeadamente a Agência de Informação de Moçambique (AIM), Rádio Moçambique (RM), Televisão de Moçambique (TVM), Instituto de Comunicação Social (ICS), Bureau de Informação Pública (BIP), Escola de Jornalismo (EJ) e o Centro de Documentação e Formação Fotográfica (CDFP) e alguns convidados.



Capitalizar as TIC na divulgação da informação

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) são um instrumento fiável e eficiente para a difusão da informação pública, considera o representante do Instituto Nacional das Tecnologias de Informação e Comunicação (INTIC), Sérgio Mapswanganhe.

Segundo o responsável, Moçambique é privilegiado no acesso à internet a nível do continente devido à sua posição geográfica e por receber dois pontos de amaras da fibra óptica internacional, nomeadamente a SEACOM e a EASSY.

"Isto faz com que o país tenha internet rápida, o que é um potencial a aproveitar para difusão da informação, tanto através das redes sociais, assim como das páginas institucionais", referiu a fonte, destacando ser imperioso que o Governo aproveite este

potencial para a divulgação de informação pública, bem como a promoção da sua imagem e actualizar com frequência exigida as suas páginas.

Neste momento, segundos divulgados no evento, o acesso a internet abrange sete por cento da população, enquanto o uso do telefone celular atingiu 48 por cento.

Por seu turno, o director Editorial do Jornal Notícias, Júlio Manjate, que apresentou o tema "O Lugar da Comunicação Social Pública na Promoção e Divulgação dos Instrumentos de Governação", corroborando com o representante do INTIC, defendeu que o jornalismo contemporâneo está a ser posta à prova pela evolução das TIC, sendo, por isso, que o jornalista é chamado a reinventar-se.

Segundo Manjate, os órgãos de informação públicas ou

estatais devem organizar-se para levar a informação ao público da melhor forma, explorando, igualmente, de forma criativa, as redes sociais para que a informação chegue com eficiência e eficácia.

Por outro lado, Manjate defende a necessidade de intercâmbio institucional e a troca de informações entre os órgãos de comunicação.

O responsável defendeu, ainda, a necessidade de o Governo, como um todo, desenvolver uma política de comunicação para o desenvolvimento, a qual vai conduzir o funcionamento de todas as instituições, evitando, assim, a duplicação de esforços.

"Na falta desta política, a comunicação institucional não vai funcionar devidamente e as instituições desconversam", explicou a fonte.

Dinamizar rádios comunitárias

Júlio Manjate referiu-se também à necessidade de divulgar a Lei de Acesso à Informação para que as instituições percebam e divulguem informações corretas e, desta forma, corrigir os desvios que são impostas à população através das redes sociais e outros meios.

Além disso, considera que os órgãos de informação devem privilegiar os programas interactivos, colocar mais conteúdos educativos e ligados ao contexto nacional. Sobre a questão da política da comunicação a nível do Governo, a directora do GABINFO, Emilia Moiane, explicou que a falta deste instrumento é uma lacuna na organização, sendo que já se está a trabalhar com base numa estratégia criada em 2009, faltando a sua adequação ao momento actual.



Para melhorar qualidade de ensino

MINEDH INTRODUZ PLATAFORMA DIGITAL DE GESTÃO ESCOLAR

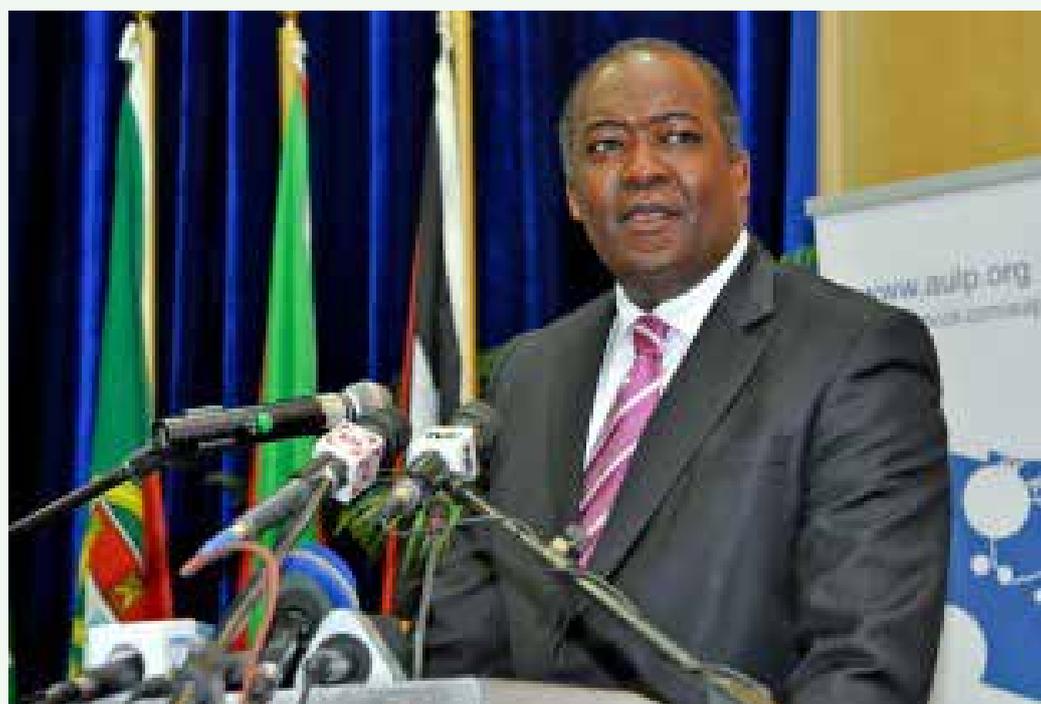
O Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) introduziu, na semana finda, uma plataforma digital de gestão escolar, que se acredita que vai ajudar a melhorar a qualidade de ensino no país. Trata-se de um mecanismo disponibilizado pela empresa de telefonia móvel Movitel, que visa aproximar as escolas secundárias aos serviços distritais e provinciais da educação e da ciência e tecnologia, reportando, em tempo real, o quotidiano da escola e permitir que os intervenientes do processo de ensino e aprendizagem interajam, tomem medidas correctivas ou cautelares.

Para o uso do dispositivo, denominado "M-Escola", o MINEDH, em coordenação com a Movitel-Moçambique, irão formar, a nível nacional, até Dezembro, 133 gestores de escolas secundárias, sendo que 15 da província de Maputo foram formados na semana passada.

A previsão é que ainda este ano, aquele pelouro visualize as informações enviadas pelos gestores escolares e, daí, avaliar o grau de domínio do dispositivo.

Segundo Kauxique Maganlal, assessor para a área das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no MINEDH, o M-Escola é uma ferramenta que permite reportar, em tempo real, o dia-a-dia da escola e flexibilizar a interacção entre os intervenientes do processo de ensino e aprendizagem.

"Em caso de fraude, o mecanismo ajuda a detectar e partilhar a informação, facilitando, assim, a tomada de medidas correctivas ou



cautelares", explicou a fonte. A plataforma M-Escola envia relatório para todos os turnos sobre a ausência dos professores, relatórios trimestrais por disciplina, notas, entre outros dados. No contexto da actual situação política no país, por exemplo, o dispositivo pode relatar as ocorrências com imagens e textos, permitindo que os gestores intervenham rapidamente sobre o assunto. A plataforma é gerida por três responsáveis, nomeadamente dois da direcção da escola e um membro do conselho de escola e funciona com base em celulares como smartphones, tablet e outros, que após instalação do aplicativo M-escola, funciona on-line ou off line. No lançamento do dispositivo, o ministro Jorge Ferrão explicou que a iniciativa ajudará a agregar maior agilidade no fluxo de informação entre os variados níveis de administração do



sistema educativo, de forma imediata e em tempo real. Todavia, o mecanismo só terá impacto se os gestores escolares estiverem comprometidos e com competência à altura dos desafios do sector. O governante afirmou que o M-Escola é um poderoso meio de combate à corrupção,

assédio sexual, gravidezes precoces e também de partilha de boas práticas e demais informação de interesse escolar ao nível das escolas, serviços distritais, direcções provinciais e governação central. A plataforma não tem encargos financeiros para as instituições do governo.